

ESCOLA/COMUNIDADE

"DA CONSTRUÇÃO DE CADEIRAS À IMPORTÂNCIA DO FACTOR HUMANO"

CARLOS JORGE P. PERCHEIRO*

Quando um carpinteiro se dispõe a construir uma cadeira ou quando um "designer" a concebe um e outro têm da cadeira um conceito perfeitamente claro. Sabem o que uma cadeira é. Não a confundem com qualquer outro objecto e, assim, têm a capacidade de, dicotomicamente, dividir o mundo - se o desejassem fazer - em cadeiras e não cadeiras.

No entanto, esta clarificação, necessária, ainda lhes não é suficiente.

Uma cadeira, sendo o que é, pode ter em vista funções extremamente diversificadas.

A resposta ao "Para quê a cadeira" ou "Que cadeira" vai condicionar de maneira muito concreta a sua própria construção. Se, por exemplo, se destinar a uma esplanada, a sua função determinará a forma que irá assumir, os materiais a utilizar, as cores, tudo o que uma cadeira implica. Neste caso, será provavelmente de matéria plástica, que é leve, permite arrumação fácil, e resiste, quase sem necessidade de manutenção, aos agentes atmosféricos exteriores.

Difícilmente imagináramos esta mesma cadeira no salão Nobre de um qualquer Palácio Nacional servindo de assento a um Presidente da República ou a um monarca em cerimónia classicamente protocolar - salvo se, realizadores de cinema, pretendêssemos enveredar pelo sentido burlesco das coisas.

Assim sendo, a produção em série e automatizada de cadeiras "Luís XV" seria para nós tão absurda quanto o pretendermos que a melhor maneira de produzirmos cadeiras plásticas seria entregar essa tarefa a artesãos/artistas individuais, altamente qualificados e treinados nas técnicas tradicionais. Talvez de uma e outra origem conseguíssemos obter "cadeiras", mas, provavelmente, não pelo melhor preço, não com a melhor cadência de produção, e por certo, obteríamos seres híbridos que, servindo mais ou menos bem para tudo, não serviriam adequadamente para nada.

E, por agora, basta de cadeiras porque muito mais do que a rejeição da ideia de seres híbridos que servem mais ou menos para tudo, mas adequadamente

* Docente da Escola Secundária Severim de Faria em Évora

para nada, fundamental é reflectirmos sobre a formação de cidadãos, à luz da relação Escola/Comunidade.

Que formação para que cidadão?

A esta questão responde de forma clara a lei de Bases do Sistema Educativo Português.

Ao estabelecer no ponto 3 do art.º 1º que "o sistema educativo se desenvolve segundo um conjunto organizado de estruturas e de acções diversificadas, por iniciativa e sob responsabilidade de diferentes instituições e entidades públicas, particulares e cooperativas" e ainda que "o sistema educativo responde às necessidades resultantes da realidade social, contribuindo para o desenvolvimento pleno e harmonioso da personalidade dos indivíduos, incentivando a formação de cidadãos livres, responsáveis, autónomos e solidários, valorizando a dimensão humana do trabalho", propõe-se a lei de Bases do Sistema Educativo "contribuir para a realização pessoal, comunitária do educando, facultando contactos e experiências com o mundo do trabalho, fortalecendo os mecanismos de aproximação entre a escola, a vida activa e a comunidade, e dinamizando a função interventora da Escola".

Consciencializar estes princípios e simultaneamente atingir os objectivos neles expressos constitui tarefa que é condicionada por diversas questões, sendo a não menos importante a profunda necessidade que a todos os níveis se impõe da democratização, de facto, da sociedade portuguesas e ainda a determinação de ultrapassar factores de bloqueio que se consubstanciam fundamentalmente em barreiras mentais, secularmente, na nossa sociedade, enraizadas.

A primeira e marcante inovação para que aponta a lei de Bases consiste, sem sombra de dúvida, no conceito da

Escola. Não muito longe vai o tempo da Escola fechada sobre si mesma, contemplando apenas o seu umbigo, com fronteiras física e psicologicamente a rigor traçadas, intransponível à mudança, isolada, cultivando ela própria o isolamento a que a votaram e a que se votou.

As realidades económicas, social, política e cultural exigem uma Escola outra, aberta, consciente que a sua função só se materializa em complementaridade com outros intervenientes, partindo do pressuposto correcto que todos são, em primeira e última análises, educadores: o docente e a família por excelência, mas também o operário, o médico, o empregado de serviços no exercício das suas funções e na qualidade de cidadãos.

Não foi, não é e não será fácil a assunção desta nova condição e diversas são as barreiras que à sua consecução se levantam.

A nova Escola, ou melhor a Escola nova, exige prioritariamente essa nova atitude tendente a ultrapassar as suas próprias resistências internas, cujas origens e razões têm causas diferentes, visíveis nos obstáculos colocados à inovação e criatividade.

E, se é certo que factores como a desmotivação dos principais agentes educativos - os professores, indubitavelmente os professores, ou os edifícios superlotados ou ainda a ausência de condições contribuam para esse "estado de coisas", não menos verdade será o facto que a Escola tem sempre desculpado os seus próprios erros sob a capa da falta de condições.

Temos hoje, no entanto, o privilégio de sermos os agentes da mudança, uma vez que vivemos e actuamos no momento em que se assiste à transição de um sistema de ensino, desligado da realidade, anquilozado nas suas estruturas, obsoleto

em muitos dos seus conteúdos, para um sistema educativo, que estabelece ou se impõe estabelecer as necessárias interacções, ciente que o sucesso do cidadão e da sociedade passa bem mais pelo sucesso educativo do que pelo sucesso escolar.

E se a Escola é por excelência um centro pedagógico mas também difusor de cultura, ciência, técnica, hoje chamada a desempenhar, de corpo inteiro, uma acção presente e prospectiva de formação pessoal, social, cívica que promova novos comportamentos que passem pela adopção de valores que dela têm estado arredios.

Preocupações como a preservação da natureza, do ambiente e da saúde, a prevenção da doença física, psíquica e social, a promoção da sensibilidade cultural e artística, o contacto com o mundo do trabalho, constituem parte da formação cultural, académica e cívica a materializar num quadro numa nova relação pedagógica que se consubstancia no plano endógeno à Escola por um lado, mas igualmente resultado da interacção com o meio, expresso na intervenção de corpos técnicos especiais tendente à formação de um cidadão melhor apetrechado, culturalmente mais forte, conhecedor dos seus direitos e deveres, participantes, actuante.

Estimular a autonomia do jovem, a sua espontaneidade e a sua criatividade na Escola (ela própria autónoma) numa perspectiva de abertura aos valores sociais, é projectar, enquanto cidadão, uma intervenção activa na comunidade, através da promoção de iniciativas de intercâmbio aberto e empenhado.

Experiências que se têm vindo de forma pontual, a maioria das vezes a verificar, apesar de pontuais, têm neste domínio, sido bem sucedidas quando motivadoras do interesse dos jovens enquanto interventores activos.

A reforma do sistema educativo constitui, no plano teórico, a primeira resposta articulada, global, às necessidades sentidas por uma sociedade em constante mutação, sabedora que o sucesso da Escola institucionalmente consignada e da Escola entendida em sentido restrito constitui valorização, enriquecimento e factor de progresso social e comunitário. Contudo, não se trata de alcançar objectivos abstractos e cheios de boas, piedosas intenções. O que se preconiza passa pela dimensão humana, certos que o sistema educativo e a sociedade têm de consagrar o sucesso pessoal a que cada um tem direito, "o direito de cada qual ser plenamente quem é".

Estes princípios dão corpo à responsabilidade institucional e não se esgotam no Ministério da Educação. São objectivos que devem, que obrigatoriamente têm de ser consumados, aplicados, de forma inter e multidisciplinar. É no fundo tão importante no âmbito do ensino e da educação motivar, sensibilizar, dinamizar e mobilizar as estruturas educativas tradicionais como fundamental é também que cada um dos Ministérios, da Saúde ou das Obras Públicas, da Defesa ou das Finanças, motive, sensibilize, e dinamize e mobilize as estruturas e organismos delas dependentes para a responsabilidade educativa que lhes compete.

É ainda essa responsabilidade Institucional que deve ter presente que o atingir dos objectivos tem, em termos comunitários, pontos de partida diferentes, decorrentes das situações e potencialidades que cada comunidade apresenta.

A responsabilidade institucional e da Escola no processo educativo é inseparável da responsabilidade social pela necessidade que à educação concerne em preparar a sociedade e pessoa individualmente considerada, no respeito pela diferença, para as determinantes alterações que ocorrem.

A uma sociedade aberta e dinâmica vai ter de responder uma escola dinâmica e criativa. Criatividade assumida, não enquanto fazer nascer do nada alguma coisa - o que só um Deus bíblicamente comporta - criatividade não enquanto esforço gratuito de ser original a todo o custo, mas antes no sentido de, em cada momento do acto educativo, tentar ser capaz de reordenar e reestruturar dados teóricos e empíricos previamente existentes com vista à solução correcta de novas situações. O que passa pela convicção de que o ter dúvidas e hesitações sobre a correcção ou não de determinadas atitudes concretas, não implica pôr em questão o caminho a percorrer.

A nova atitude educativa expressa na filosofia da reforma do Sistema Educativo em curso é indissociável de uma nova atitude social. Não mais pode a sociedade desligar-se da Escola, não mais se pode dela desresponsabilizar, não mais pode tranquilamente lavar as suas mãos, por eticamente ilegítimo, por materialmente inviável ser a Escola a assumir de "per si" as desigualdades sociais, económicas, culturais que no seu seio se reflectem e existem, fruto da democratização do Ensino, fruto das amplas camadas populacionais que só após o 25 de Abril tiveram, em Portugal, por direito, acesso à Escola.

Estando esta intimamente ligada à Comunidade, quer pela influência da família e dos pais, quer pelas instituições comunitárias, com as autarquias, as empresas, os agentes culturais, económicos, científicos e sendo a própria Escola, e não é demais lembrá-lo, um organismo da comunidade, porventura o mais fiel organismo da comunidade, é a Escola vulnerável e dependente, actuando de forma pouco livre com o fim de evitar o conflito com a própria comunidade.

Como diz "Hubermann" em "Como se realizam as mudanças em Educação", "todos os programas e todas as práticas de ensino estão ligadas ao processo de

"Socialização" a saber, à formação das crianças, aos valores e aos costumes da sociedade "onde existem quadros políticos, culturais e económicos que desencorajam a inovação, pois fazem do ensino uma actividade de carácter semi-religioso e mostram-se geralmente hostis à mudança social e cultural".

A falta da sensibilidade social às questões da Educação é bem patente na dificuldade que as Escolas, desde 1986 têm tido, por exemplo, na constituição de conselhos consultivos, órgãos que formados por diversas entidades locais, onde têm representação agentes autárquicos, sócio-económicos, culturais e outros, apresentam como principal função o apoio aos Conselhos Pedagógicos na formulação e elaboração de Planos de Actividade Anuais que reflectam as preocupações e desejos de natureza cultural, económica, profissional, comunitária, em suma, tendentes à consecução de projectos co - e extra-curriculares.

E, se a esporádica intervenção destes agentes é solicitada a título consultivo, com o novo modelo de gestão a implementar já no próximo ano lectivo, diferente será essa intervenção, uma vez que passam a ser co-responsáveis na Administração das Escolas, na definição da política e das linhas orientadoras essenciais do Projecto Educativo de cada Escola, linhas propiciadoras de uma intervenção contextual articulada.

Restará saber se existe sensibilidade e motivação suficientes por parte daqueles agentes para assumir novas responsabilidades e poderes. Dúvidas não haverá por certo em afirmar que aquele modelo tenta responder às necessidades de interacção Escola-Comunidade, não obstante os pontos polémicos que enformam a já aprovada lei. Em paralelo desenvolve-se como muitas dificuldades, quer por entraves institucionais, de natureza diversas, quer pela descapitalização das Escolas, quer ainda porque período de

aprendizagem, e de falta de ousadia, à vertente autonómica de cada Escola, componente capital na escolha de um caminho específico que particulariza cada estabelecimento de Ensino, de acordo também com a comunidade específica em que se insere.

Justo será referir a criação por algumas, poucas, muito poucas autarquias, de Conselhos de Intervenção Comunitária e sócio-educativa, cientes que o motor de progresso de um país não reside prioritariamente, no actual estado de desenvolvimento, na existência de mais ou menos novas tecnologias, mas único investimento seguro, isto é, no recurso humano, e no seu aproveitamento criativo. "Investir na Escola, é investir no futuro", apesar de frases - feita e lugar comum, não deixa, por isso, de ser uma verdade que continuará a ter plena oportunidade enquanto de forma empenhada nela se não apostar.

Mas no entanto, sabemos que a realidade não cabe em esquemas e que não devemos cometer o erro de olhar a sociedade como se ela se pudesse compadecer com as nossas comodistas divisões didácticas na segura de uma visão tecnocrática, frequentemente demagógicas, tantas vezes empobrecedora, de um processo muito mais rico, complexo e sobretudo aliciante. Mais rico e complexo porque, argamassado na vertente, sempre presente mesmo quando dificilmente quantificável - o "factor humano", como o grande Graham Greene, recentemente falecido, nos faz lembrar. Factor humano - o que faz com que tudo falhe, o que faz com que tudo se concretize, que felizmente tudo perturba, porque estimula, que tem essa capacidade de perturbar porque de estar vivo. Tudo isto impossível de reduzir a números, a quantidades, a dossiers cheios de folhas, tudo isto é esse terrível e bem - aventurado "factor humano", que marca a diferença do artesão/artista para a máquina que produz cadeiras.

E falamos ainda de factor humano

quando, aqui e agora, dizemos que aos nossos povos cabe um papel determinante e privilegiado no âmbito da Intervenção nas Comunidades Europeias a que pertencemos, em transmitir a uma Europa que se tem descaracterizado, os valores humanistas intrínsecos aos povos ibéricos, contributo inestimável e único para uma Europa culturalmente independente, rejeitando a predominância economicista que, de todos os níveis, tende a instalar-se.

As reformas educativas em curso em ambos os países são mecanismos essenciais dessa afirmação.

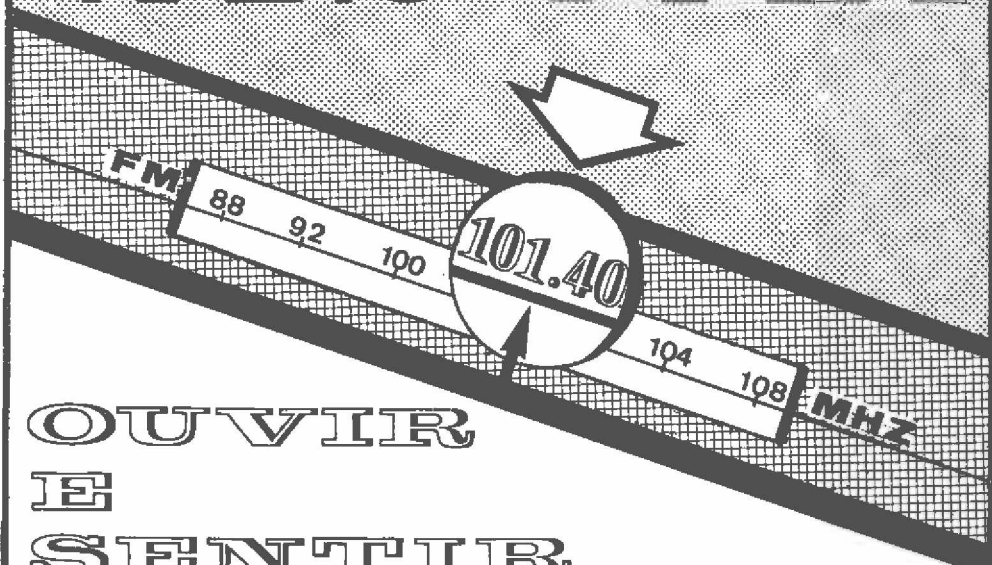
O presente encontro constitui já uma vitória da vontade, é ele próprio a marca do "factor humano", porque estimulante, porque perturbador.

O seu carácter de catalizador e de fermentador das nossas inquietações, permitir-nos-à que essa inquietação seja sistematizada e planificada num trabalho concreto com vista a um pensar e a um transformar dialéctico de cada realidade escolar e comunitária descentralizadamente assumidas, fora de peias livrescas e burocratizantes de eficácia mais do que duvidosas.

Diz-se popularmente que "de médico e de louco, todos temos um pouco". Abusivamente adoptando este dito a este forum, diríamos que "de médico, de educador e de louco, todos temos um pouco", e sem desejarmos poetizar em excesso algo de aparentemente tão prosaico como o problema da formação de cidadãos, também nunca esqueçamos como Novalis que "a poesia é o autêntico real absoluto, quanto mais poético, mais verdadeiro", nos sintamos tentados a apelar hoje, primeiro dia do resto da nossa vida, a que assumamos, todos nós, esta "saudável loucura". Porque educar é um experimentar constante da Paixão, com momentos de desalento, mas igualmente de euforia.



RÁDIO PAX



OUVIR
E
SENTIR

ALENTEJO